



# **XI MARCHA A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS**

**A VISÃO DOS MUNICÍPIOS SOBRE O PACTO FEDERATIVO**



# **Pauta de Reivindicações**



# **XI MARCHA A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS**

**A VISÃO DOS MUNICÍPIOS SOBRE O PACTO FEDERATIVO**



## **Pauta de Reivindicações**



# Índice

Apresentação .....	5
--------------------	---

## **Pauta Prioritária**

Senado Federal .....	7
Câmara dos Deputados .....	8
Governo Federal .....	9

## **Pauta Temática**

### **EDUCAÇÃO**

---

Senado Federal .....	11
Câmara dos Deputados .....	12

### **SAÚDE**

---

Senado Federal .....	15
Câmara dos Deputados .....	16

### **MEIO AMBIENTE**

---

Senado Federal .....	19
Câmara dos Deputados .....	19

### **DESENVOLVIMENTO URBANO**

---

Senado Federal .....	20
Câmara dos Deputados .....	20

### **DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

---

Senado Federal .....	21
Câmara dos Deputados .....	21

# Índice

## **FINANÇAS**

---

Senado Federal.....	23
Câmara dos Deputados .....	26

## **PREVIDÊNCIA**

---

Senado Federal.....	27
Câmara dos Deputados .....	28

## **DEMAIS ÁREAS**

---

Senado Federal.....	28
Câmara dos Deputados .....	30

# Apresentação

A Confederação Nacional de Municípios – CNM está em constante trabalho de aperfeiçoamento do monitoramento das atividades legislativas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para identificar proposições de interesse dos municípios, divulgando-as e buscando, com apoio das Entidades Estaduais e Microrregionais, garantir que sejam aprovadas propostas coerentes com os interesses dos municípios brasileiros e do Movimento Municipalista.

A partir da avaliação contínua dos projetos em tramitação, cerca de 4000, identificamos as prioridades tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado Federal e as listamos nesse documento de forma a facilitar o acompanhamento da tramitação das principais proposições.

Os projetos foram classificados por ordem de relevância, priorizando-se aqueles que visam corrigir os problemas estruturais do Pacto Federativo brasileiro, que se constitui principalmente numa distribuição irregular de atribuições e recursos para o atendimento das demandas de nossa população por serviços públicos de melhor qualidade.

A Pauta de Reivindicações da Confederação Nacional de Municípios é o documento que baliza e orienta os debates da Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, com o objetivo consolidar e focar os pleitos municipais, buscando maior eficácia nas ações do Movimento Municipalista ao influenciar o Legislativo Federal para o atendimento às demandas e anseios dos Municípios brasileiros.

Nesse sentido, esse documento visa motivar a discussão e o aperfeiçoamento de projetos que tenham impacto no desenvolvimento dos municípios, e também na construção de políticas públicas e programas de governo que respeite a autonomia federativa dos municípios e seu importante e decisivo papel no desenvolvimento e crescimento do País.

Durante todo o ano a CNM acompanhará e monitorará as proposições apresentadas no Congresso nacional, o que significa que outras matérias poderão ser destacadas como de interesse prioritário dos Municípios ao longo do ano.



Paulo Ziulkoski  
Presidente da CNM



# Pauta Prioritária

## Senado Federal

### PEC 12/2006

**Autor:** Senador Renan Calheiros

A matéria foi originada a partir de gestões e debates promovidos pelo Ministro Nelson Jobim, então presidente do Supremo Tribunal Federal. O formato da PEC cria regime no qual a União, Estados e o DF tornariam disponíveis recursos para aplicação no pagamento de precatórios de 3% da despesa primária líquida, e os Municípios aplicariam 1,5% da despesa primária líquida da mesma forma. Os recursos mencionados seriam distribuídos em: 70% destinados para leilões com deságio para pagamento à vista de precatórios e, 30% destinados para o pagamento dos precatórios não quitados por leilão, sendo estabelecida uma ordem crescente de valores. Desse modo, a atual ordem cronológica dos precatórios ficaria extinta. Cumprindo a aplicação de recursos determinada na PEC, o poder público estaria isento da possibilidade de sofrer seqüestros pelos tribunais de justiça.

### PEC 53/2007

**Autor:** Senador Almeida Lima

Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis. A CNM é favorável à aprovação do PEC, uma vez que passam para o domínio do Município, entre outros, os imóveis nos quais tenham sido edificadas prédios públicos que abriguem órgãos ou entidades da administração municipal e atualmente locados ou arrendados a terceiros pela União.

### PLC 123/2007

**Autor:** Poder Executivo

Acrescenta o inciso XXIX ao caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do caput do art. 37 da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública. Torna mais ágil e transparente os processos de licitação. A CNM defende a redação aprovada na Câmara dos Deputados que reajusta em 50% as diversas faixas das modalidades de licitação.

## Câmara dos Deputados

PLP , de 2008 (Aguarda numeração da Câmara, ex-PLS 121/2007 do Senado)

**Autor:** Senador Tião Viana

Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, alterado pela Emenda 29, que vincula recursos federais, estaduais e municipais para a área da saúde. A matéria visa regulamentar e definir o montante dos recursos a ser destinado para ações e serviços de saúde pública de saúde pela União, DF e Municípios: os critérios de rateio e a fiscalização e controle desses recursos. A CNM defende a vinculação de montante equivalente a 10% da Receita Corrente Bruta da União para a saúde.

# Pauta Prioritária

## PEC 233/2008

**Autor:** Poder Executivo

A PEC nº 233/2008 atende dois grandes apelos do movimento municipalista: a partilha de todos os tributos federais e a desconstitucionalização do VAF no índice de retorno do ICMS. Mas traz algumas preocupações: o possível conflito da base de cálculo do IVA-F com o ISS, a falta de partilha do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional com os Municípios, especialmente da região sul, a possível perda de R\$ 1 bi com o fim da Lei Kandir, entre outras.

## PLP 12/2007

**Autor:** Deputado Sarney Filho

Fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no que se refere às competências comuns previstas nos incisos VI e VII do art. 23 da Constituição Federal no que diz respeito a proteção ao meio ambiente. O PL 388/2007, do Deputado Fernando Coruja, também trata dessa matéria. Esse é o projeto de maior interesse para os Municípios na área ambiental.

## PLP 141/2007

**Autor:** Senador Romero Jucá

Com a extinção dos redutores no final de 2007 e os efeitos da contagem populacional do IBGE de 2007 sobre os coeficientes do FPM para 2008, 456 Municípios no país, 31 no RS, caíram de faixa no FPM, o que significará perdas de cerca de R\$ 1 milhão nesse ano. Sendo um ano de fim de mandato, estamos acompanhando a tramitação do PLC nº 141/2007 que mantém por um ano os coeficientes dos Municípios que cairiam, sem restabelecer os redutores nem impedir que os Municípios que tenham de subir subam.

## PL 7.431/2006

**Autor:** Senador Cristovam Buarque

O PL nº 7.431/2006, está estabelecendo um piso para os professores de nível médio, com carga horária de 40 horas em R\$ 950,00, sendo que apenas até 2010 poderão ser contabilizadas as vantagens adquiridas pelos professores para a integralização desse valor. A CNM está lutando para que haja uma complementação da União nos casos em que os Estados e Municípios não conseguirem cumprir com o Piso dentro dos valores vinculados para a educação.

## PL 341/2007

**Autor:** Deputado Julio César

Estabelece novo critério de distribuição de compensação financeira (royalties) e participação especial pela produção de petróleo, gás natural e xisto betuminoso, entre os Estados, Distrito Federal e Municípios, adotando os mesmos critérios de repartição do FPE e do FPM. Revoga o art. 48 da Lei nº 9.478, de 1997. Apensado ao PL 299/2007. Além de novo critério de distribuição a proposição estabelece ainda participação especial pela produção de petróleo, gás natural e xisto betuminoso, entre os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, adotando os mesmos critérios de repartição FPE e do FPM. A proposta sugere que os recursos seriam distribuídos igualmente pelos entes federados:

# Pauta Prioritária

50% seriam destinados aos estados e os outros 50%, aos municípios. Isso representa aumento de R\$ 4,7 bilhões nas receitas de todos os municípios do Brasil, conforme cálculos feitos sobre os valores distribuídos em 2006. A proposta também sugere que a distribuição dos royalties e participações especiais do petróleo sejam baseadas nos mesmos critérios adotados para repartição do Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios.

## Governo Federal

### ITR

Apesar de a Emenda Constitucional nº 42/2003 assegurar que os Municípios que optarem por assumir a cobrança e a fiscalização do ITR receberão 100% do mesmo, a Receita Federal vem impedindo que tal conquista se realize, pois assinou convênio de fiscalização com apenas um Município até hoje. Estamos debatendo com o Governo Federal uma medida que viabilize o cumprimento da vontade já expressa do Presidente da República e do Congresso Nacional.

### Criação, fusão e incorporação de Municípios

Existem nas Assembléias Legislativas 808 pedidos de criação de novos Municípios. Entretanto desde 1996 a criação de Municípios está impedida, pois a Emenda Constitucional nº 15/96 retirou a competência das assembléias de legislar sobre a matéria e a transferiu para o Congresso Nacional. Como este ainda não aprovou a Lei Complementar que regulamentará a criação de Municípios, tal possibilidade inexistente, além de existirem 57 Municípios no país em risco de serem extintos. Defendemos regulamentação da EC nº 15/96, com critérios que permitam a criação de Municípios viáveis.



# Pauta Temática

## EDUCAÇÃO

---

### Senado Federal

#### PLS 388/2007

Autor: Senador Wilson Matos

Altera o inciso I do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para aumentar a carga horária mínima anual nos níveis fundamental e médio. Ao prevê fonte de financiamento para custear o aumento de despesas para Estados e Municípios em função dessa medida.

#### PLS 363/2007

Autor: Senador Raimundo Colombo

Altera os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para considerar como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas com alimentação escolar.

#### PLS 540/2007

Autor: Senador Cristovam Buarque

Insera o art. 72-A na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para prever a responsabilização dos gestores municipais que descumprirem deveres de natureza educacional.

#### PLS 144/2007

Autor: Senador Cristovam Buarque

Fixa as responsabilidades dos gestores públicos e das famílias quanto às garantias dos cidadãos em relação a seus direitos à educação escolar básica.

#### PLS 45/2003

Autor: Senador Eurípedes Camargo

Insera parágrafo no artigo 87 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), de modo a assegurar, aos docentes da rede pública que não tenham habilitação em nível superior, vagas nos cursos de graduação de formação de professores.

# Pauta Temática

## Câmara dos Deputados

### PL 736/2007

**Autor:** Deputado Lira Maia

Altera a Lei nº 10.880, de 09 de junho de 2004 que “Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4o da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996” e dá outras providências. Estabelece que os recursos financeiros do PNATE sejam repassados diretamente a quem efetivamente presta o atendimento, os municípios. Tratam do mesmo assunto os PLs 1640/2007, do Deputado Antônio José Medeiros, 1264/2007, do Deputado Lelo Coimbra, 5622/2005, do Deputado Humberto Michiles, 4245/2004, do Deputado Fernando Fabinho e 886/2007, da Deputada Rose de Freitas.

### PL 355/2007

**Autor:** Deputado Luiz Carlos Hauly

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”. Estabelece que o ensino fundamental será ministrado, obrigatoriamente, em tempo integral para os menores de 7 (sete) a 14 (quatorze) anos de idade. Tratam do mesmo assunto os PLs 2202/2007, do Deputado Vieira da Cunha, 6636/2005, do Deputado Sandes Júnior, 7650/2006, do Senador Marcos Guerra, 1327/2007, do Deputado Marcos Antonio, 1383/2007, do Deputado Ruy Pauletti e a PEC Nº 141/2007, do Deputado Alcení Guerra. Nenhum aponta a origem dos recursos para o custeio dessas novas despesas que serão geradas para Estados e Municípios.

### PL 1109/2007

**Autor:** Deputado Silvinho Peccioli

Dê-se nova redação aos arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Permite que os municípios possam utilizar o repasse da União Federal ao Fundeb, ao Salário Educação e vinculados a educação em programas suplementares de alimentação de sua rede escolar. Tratam do mesmo assunto os PLs 1123/2007, do Deputado Walter Ihoshi e 6089/2005, do Deputado Alex Canziani.

### PL 1673/2007

**Autor:** Deputado Sandes Júnior

Dispõe sobre o atendimento às necessidades de alimentação diferenciada para os estudantes portadores de diabetes ou de anemias, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Tratam do mesmo assunto os PLs 1699/2003, do Deputado Geraldo Resende, 6483/2006, do Deputado Celso Russomano, 509/2007, do Deputado Dr. Basegio, 1412/2007, da Deputada Janete Rocha Pietá, 2182/2007, do Deputado Vinicius Carvalho e 127/2007, do Deputado Lobbe Neto. Nenhum dos Projetos prevê fonte de financiamento para a nova despesa que estará sendo gerada para Estados e Municípios.

# Pauta Temática

## PL 6067/2005

**Autor:** Wilson Cignachi

Reduz as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes da venda de produtos destinados à merenda escolar. Altera a Lei nº 10.865 de 2004.

## PL 7467/2006

**Autor:** Nelson Proença

Altera a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, que dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar e dá outras providências. Inclui os alunos matriculados em creches ou pré-escolas comunitárias ou classificadas como organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), conveniadas com o Município, como beneficiários do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar. Trata do mesmo assunto o PL 7629/2006, do Senador Paulo Paim.

## PL 7545/2006

**Autor:** Heleno Silva

Dispõe sobre o incentivo aos professores por meio de bonificações. Aplicação de 10% (dez por cento) dos recursos em educação. Obrigatoriedade, aplicação de recursos, pagamento, bonificação, bônus, salário, professor.

## PL 1641/2007

**Autor:** Antonio José Medeiros

Revoga a Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, e dispõe sobre as Quotas do Salário-Educação. Estabelece critérios para distribuição de quota federal, estadual e municipal do salário-educação, além da quota especial no percentual de 10% (dez por cento), a ser creditada às Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, dos estados que tenham IDH abaixo da média nacional, para financiamento de programas, projetos e ações da educação básica. Revoga dispositivos da Lei nº 9.766, de 1998 (Leis nºs 9.424, de 1996 e 10.832, de 2003).

## PEC 393/2005

**Autor:** Senadora Heloísa Helena

Altera o caput e o inciso IV do art. 208 da Constituição Federal, para dispor sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade. Alteração, Constituição Federal, Educação, obrigatoriedade, Poder Público, oferta, ensino obrigatório gratuito, educação pré-escolar, pré-escola, garantia, vaga, educação infantil, criança, limite de idade. Não prevê fonte de financiamento para essa nova despesa que será gerada para os Municípios. Trata da mesma matéria a PEC 487/2002, do Deputado Léo Alcântara.

# Pauta Temática

## PL 1680/2007

**Autor:** Lelo Coimbra

Dispõe sobre o dever do Estado e a responsabilidade dos gestores públicos na oferta da educação de qualidade. Deveres, Estado, Poder Público, oferta, educação, qualidade, ensino, censo escolar, necessidade, ensino obrigatório gratuito, educação básica, ensino médio, educação infantil, educação especial, educação de jovens e adultos, cumprimento, carga horária, aula, reforço, transporte escolar, zona urbana, zona rural, formação profissional, avaliação de desempenho, professor, magistério, rendimento, estudante, redução, evasão escolar, aluno repetente, programa, acesso, educação superior, curso de graduação, infra-estrutura, estabelecimento de ensino, proibição, União Federal, transferência voluntária, recursos públicos, Estados, gestor, descumprimento, infrator, crime de responsabilidade, improbidade administrativa.

## PL 7666/2006

**Autor:** Ricardo Santos

Dispõe sobre o regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na organização dos seus sistemas de ensino e dá outras providências. Normas, regime, colaboração, União Federal, Estados, (DF), Municípios, organização, sistema de ensino, cooperação técnica, cooperação financeira, gestão, política educacional, programa, formação profissional, magistério, pessoal, patrimônio. \_ Transferência, Estados, responsabilidade, Municípios, educação infantil, ensino fundamental, realização, consórcio, convênio, ensino médio, criação, Conselho de Educação.

## PL 810/2007

**Autor:** Vital do Rêgo Filho

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre veículo utilizado no transporte escolar. Proíbe a utilização de veículos de carga ou mistos para transporte escolar. Alteração, Código de Trânsito Brasileiro, proibição, veículo automotor, transporte de carga, caminhão, utilização, transporte escolar. Tratam do mesmo assunto os PLs 2397/2007, do Deputado João Campos e 2561/2007, do Deputado Paulo Henrique Lustosa.

## PL 928/2007

**Autor:** Paulo Piau

Dá nova redação ao inciso III do art. 136 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, que trata da condução de escolares, admitindo a utilização de faixa adesiva ou de pintura do dístico ESCOLAR, desde que atendidas as demais especificações. Alteração, Código de Trânsito Brasileiro, possibilidade, utilização, faixa, adesivo, indicação, veículo automotor, transporte escolar.

## PL 1252/2007

**Autor:** Professor Ruy Pauletti

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para introduzir modificações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estabelece que a União deverá assumir juntamente com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em

# Pauta Temática

percentuais iguais, os custos do transporte escolar da rede pública. Alteração, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Darcy Ribeiro, competência, União Federal, divisão, custo, transporte escolar, aluno, rede pública, ensino, Estados, (DF), Municípios.

## PL 7440/2006

**Autor:** Luiz Carlos Hauly

Cria o Programa Nacional para aquisição de unidades de veículos automotores de transporte coletivo destinados ao transporte escolar coletivo e dá outras providências. Criação, Programa Nacional, aquisição, veículo automotor, ônibus, transporte escolar, atendimento, escola pública, edital, pregão eletrônico, participação, empresa montadora, Comitê Gestor, critérios, destinação, instituição de ensino, isenção fiscal, (IPI), (ICMS), compra, veículos.

## SAÚDE

---

### Senado Federal

#### PL 010/2008

**Autor:** Senador Expedito Júnior

Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para estabelecer normas sobre o repasse de recursos da União destinados ao pagamento dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias admitidos pelos gestores locais do Sistema Único de Saúde.

#### PL 281/2006

**Autor:** Senador Flexa Ribeiro

Inserir parágrafo único no art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre atendimento médico e odontológico aos estudantes do ensino fundamental público.

#### PLS 48/07

**Autor:** Senador Leomar Quintanilha

Estabelece normas para o provimento de cargos e empregos de agentes comunitários de saúde a que se refere o art. 9º da Lei nº 11.350, de 05 de outubro de 2006. CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Apenas estabelece critérios de pontuação na prova de seleção para Agentes Comunitários de Saúde.

# Pauta Temática

## PLS 101/05

**Autor:** Senador Pedro Simon

Dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde. O PLS em análise perde o sentido de tramitação, pois já foi elaborada pelo Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde e Comissão Intergestora Tripartite, a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde que se baseia nos seis princípios básicos de cidadania.

## PLS 619/07

**Autor:** Senador Tião Viana

Consolida a Legislação Sanitária Federal. A consolidação da legislação sanitária facilita a apropriação do tema para aqueles que precisam conhecer, utilizar e fazer cumprir as normas.

## Câmara dos Deputados

### PL 7495/2006

**Autor:** Senador Rodolpho Tourinho

Regulamenta os §§ 4º e 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. A CNM entende que a Lei nº 11.350/2006 é inconstitucional.

### PL 7437/2006

**Autor:** Deputado Luis Carlos Hauly

Cria o Programa Nacional para aquisição de unidades de atendimento móvel de urgência médico-hospitalar e dá outras providências. Considerando que: as aquisições de unidades de atendimento móveis serão realizadas, centralizadamente, pelo Governo Federal, mediante pregão eletrônico; que os recursos serão de 80% oriundos do Governo Federal e 20% dos Municípios e que somente municípios grandes deverão participar do programa proposto a CNM posiciona-se favorável ao PL.

### PL 164/2007

**Autora:** Deputada Vanessa Grazziotin

Dispõe sobre a imunização de mulheres na faixa etária de 9 a 26 anos com a vacina contra o papilomavírus humano (HPV), na rede pública do Sistema Único de Saúde de todos os estados e municípios brasileiros. Considerando que para os municípios, apesar da função de executores dos programas de vacinação, a inclusão da vacina citada no Projeto de Lei 164/07, não refletirá em impacto econômico para os mesmos, visto que cabe a união a aquisição das vacinas, e que os municípios poderão utilizar a logística já existente para execução do atual Calendário Básico de Vacinação, a CNM posiciona-se favorável ao referido PL.

# Pauta Temática

## PL 2013/2003

**Autor:** Senador Tião Viana

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Tramita no Senado o PLS 121 que trata do rateio dos recursos da União transferidos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para ações e serviços públicos de saúde. O referido PL considera que os repasses sejam realizados segundo o critério das necessidades de saúde da população e levará em consideração as dimensões epidemiológica, demográfica, socioeconômica, espacial, a capacidade de oferta de ações e de serviços de saúde e a necessidade de reduzir as desigualdades regionais. Portanto o critério do artigo 35 da Lei 8080 deve ser substituído devido a dificuldade de sua mensuração, tornando o PL 2013 sem sentido.

## PL 2350/2007

**Autor:** Deputado Felipe Bornier

Dispõe sobre a obrigatoriedade da vacinação contra hepatites A e B e campanha educativa para a Hepatite C. O Calendário Básico de Vacinação da Criança, do Adolescente e do Adulto já contemplam a vacina contra hepatite B. Quanto à inclusão da vacinação contra hepatite A no referido calendário, esta não promoverá impacto negativo nos municípios, pois cabe a união a aquisição das vacinas.

## PL 2634/2007

**Autor:** Deputado Valtenir Pereira

Dispõe sobre a implantação do Sistema Nacional de Cadastro da Saúde a ser utilizado no armazenamento e gerenciamento, on line, dos registros clínicos dos pacientes. Em 2002, o Ministério da Saúde instituiu o Cartão Nacional de Saúde ou cartão SUS, mediante a Portaria no 1.560, que é utilizado como base para o Cadastramento Nacional de Usuários do Sistema Único de Saúde, contendo informações pessoais e prontuários clínicos. Portanto o PL 2634 perde o sentido de sua aplicação no âmbito do SUS.

## PL 1520/2007

**Autor:** Deputado Giacobbo

Dispõe sobre o fomento à implementação do programa suplementar de assistência à saúde do educando do ensino fundamental. O Projeto de Lei nº 1520, de 2007, não cria obrigações nem deveres, apenas convoca a União a estimular, através de programas próprios, a atuação integrada dos dois setores, de forma que seja implementado efetivamente o programa suplementar de assistência à saúde do educando do ensino fundamental, previsto no art. 208, VII, da Constituição Federal. O projeto em análise já foi contemplado pelas medidas divulgadas no denominado PAC da Saúde do Governo Federal - Projeto Mais Saúde. Dentre as medidas do programa destaca-se a implementação nas escolas, em articulação com o Ministério da Educação, da avaliação clínica, nutricional, saúde bucal e psicossocial em 26 milhões de alunos no ensino fundamental e médio, em escolas dos municípios cobertos pelo Programa Saúde da Família.

# Pauta Temática

## PL 1072/2007

**Autor:** Deputado Silvinho Peccioli

Cria o Fundo Nacional de Amparo às Santas Casas de Misericórdia, destinando-lhe parte da arrecadação dos tributos federais incidentes sobre o fumo e as bebidas alcoólicas. O PL especifica que o fundo contábil em questão será formado: por dotações orçamentárias consignadas no Orçamento da União, por parcela de um por cento dos tributos arrecadados sobre a produção e comercialização de bebidas, pelos rendimentos das aplicações financeiras do próprio fundo e por receitas patrimoniais. As Santas Casas representam assistência à saúde de cerca de 600 mil pacientes internados e aproximadamente um milhão e duzentas mil consultas ambulatoriais a cada mês. Considerando que os municípios não sofrerão impacto no orçamento e que a presença das Santas Casas se faz marcante na grande maioria dos municípios brasileiros onde não existem outros hospitais ou serviços de saúde, a CNM posiciona-se favorável ao pleito.

## PL 1273/2007

**Autor:** Deputado Alexandre Silveira

Inclui as vacinas contra meningites pneumocócicas e meningocócicas no Calendário Básico de Vacinação da Criança. Considerando que para os municípios, apesar de possuírem a função de executores dos programas de vacinação, a inclusão das vacinas citadas no Projeto de Lei 1273/07, não refletirá em impacto econômico para os mesmos, visto que cabe a união a aquisição das vacinas, e que os municípios poderão utilizar a logística já existente para execução do atual Calendário Básico de Vacinação da Criança do Ministério da Saúde. No setor da Vigilância Epidemiológica dos Municípios, porém, deverá ocorrer um acréscimo de atividades, devendo os técnicos ser submetidos a novas capacitações. A CNM posiciona-se favorável ao PL.

## PL 45/2007

**Autor:** Deputado Perpétua Almeida

Dispõe sobre o fornecimento de transporte, alimentação e pousada, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), aos pacientes cujo tratamento se realizar fora de seu domicílio, em atendimento aos preceitos da lei no 8080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde). O PL 45, caso seja aprovado resultará em impacto no orçamento dos municípios. O PL não define quais os procedimentos que comporão a responsabilidade de cada ente pelo encargo das despesas decorrentes com o objeto proposto, portanto em desacordo com o § 1º do artigo 17 da Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal). O PL também não considera a diversidade regional do país com seus diferentes recursos tecnológicos. Considerando o exposto a CNM posiciona-se pelo arquivamento da matéria.

## PL 3257 de 2004

**Autor:** Deputado Geraldo Resende

Acresce parágrafo ao art. 3º da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, a qual dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Os recursos consignados no orçamento da União para transferência aos Estados, DF e Municípios para financiamento das ações e serviços de saúde, alocados no Fundo Nacional de Saúde, deveriam ser repassados de forma automática, conforme critérios previstos na Lei Orgânica da Saúde e desde que os

# Pauta Temática

Municípios, Estados e DF preenchem os requisitos previstos na Lei, a saber: contar com fundo de saúde, conselho de saúde, plano de saúde, relatório de gestão, contrapartida no orçamento e comissão para elaboração do plano de carreira, cargos e salários.

## PL1302 de 2007

**Autor:** Deputado Felipe Maia

Autoriza a aceitação da prestação de serviços de utilidade pública na área de saúde pública como garantia da execução ou de extinção de créditos inscritos em Dívida Ativa.

## PL 2583 DE 2007

**Autor:** Deputado Walter Brito Neto

Dispõe sobre a internação de pacientes em estado grave na rede privada de hospitais, quando solicitado por médico do SUS - Sistema Único de Saúde, em caso de não haver vaga na rede pública.

## **MEIO AMBIENTE**

---

### Senado Federal

#### PLS 320/05

**Autor:** Senador Papaléo Paes

Prioriza aplicação de recursos em municípios que tenham áreas em UCs. Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais.

### Câmara dos Deputados

#### PL 2457/07

**Autor:** Wandenkolk Gonçalves

Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, dispondo sobre o repasse de recursos advindos das concessões a Estados e Municípios. O Projeto de Lei se aprovado como está será favorável aos Estados e Municípios, pois trará um aumento de repasses financeiros.

# Pauta Temática

## DESENVOLVIMENTO URBANO

---

### Senado Federal

#### PLS 44, de 2003

Autor: Senador Eurípedes Camargo

Propõe a alteração o Decreto-Lei nº 3365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e a Lei nº 6766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para estabelecer, nos casos que especifica, critérios para o pagamento de justa indenização.

### Câmara dos Deputados

#### PL 20/2007

Autor: Deputado Fernando Chucre

Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos e sobre a regularização fundiária sustentável de áreas urbanas, e dá outras providências. Trata da mesma matéria o PL 3057/2000, do Deputado Bispo Wanderval. A CNM é favorável à aprovação do PL na medida em que confere ao Município maior poder de gestão sobre o território e disponibiliza instrumentos para a promoção efetiva da regularização fundiária de áreas urbanas.

#### PL 3460/2004

Autor: Deputado Walter Feldman

Institui diretrizes para a Política Nacional de Planejamento Regional Urbano, cria o Sistema Nacional de Planejamento e Informações Regionais Urbanas e dá outras providências. Trata-se de uma boa iniciativa, na medida em que estabelece regras de cooperação federativa e articulação para as regiões metropolitanas. No entanto, é necessário ampliar a discussão em relação às regras estabelecidas pelo PL, de modo a preservar o equilíbrio entre dos municípios de grande, médio e pequeno porte que integram as regiões metropolitanas.

# Pauta Temática

## DESENVOLVIMENTO SOCIAL

---

### Senado Federal

PLS 22/2007

Autor: Senador Valter Pereira

Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre o acesso público à relação de beneficiários do Programa Bolsa Família e vedar a concessão de novos benefícios nos cento e oitenta dias que antecedem as eleições.

### Câmara dos Deputados

PL 1486/2007

Autor: Deputado Antônio Roberto

Dispõe sobre a obrigatoriedade da assistência social às populações de áreas inundadas e dá outras providências.

PL 4362/2004

Autor: Deputado Davi Alcolumbre

Altera a Lei nº 9.604, de 05 de fevereiro de 1998, para permitir o repasse de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social a entidades ou organizações civis regulares.

PL 3254/2004

Autor: Deputado Geraldo Resende

Inclui profissionais de assistência social nos Programas de Saúde da Família do Ministério da Saúde.

PL 64/2007

Autor: Deputado Vanderlei Macris

Cria o Índice Nacional de Responsabilidade Social (INRS) e o Cadastro Nacional de Inadimplentes Sociais (CNIS).

PL 924/2007

Autor: Deputado Marcelo Serafim

Altera o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social. Aumenta para 1 (um) salário mínimo per capita a renda familiar para a concessão do benefício de prestação continuada.

# Pauta Temática

## PL 1234/2007

**Autor:** Deputado Eduardo Gomes

Estabelece princípios e diretrizes para as ações voltadas para a educação nutricional e segurança alimentar e nutricional da população e dá outras providências.

## PL 1258/2007

**Autor:** Senador Paulo Paim

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social, institui plano de custeio, e dá outras providências.

## PL 1436/2007

**Autor:** Celso Russomanno

Torna obrigatório o teste vocacional na escolarização e profissionalização do menor em regime de semiliberdade.

## PL 1627/2007

**Autor:** Poder Executivo

Dispõe sobre os sistemas de atendimento socioeducativo, regulamenta a execução das medidas destinadas ao adolescente, em razão de ato infracional, altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

## PL 1839/2007

**Autor:** Deputado Edigar Mão Branca

Altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, para instituir benefício destinado à alfabetização de jovens e adultos.

## PL 1841/2007

**Autor:** Marcelo Ortiz

Altera o inciso VIII do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre contribuição da construção residencial unifamiliar à Seguridade Social. Fixa em noventa metros quadrados a área da construção de residência unifamiliar para uso próprio isenta de contribuição à Seguridade Social.

## PL 1970/2003

**Autor:** Deputado Bernardo Ariston

Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Inclui nos objetivos da Assistência Social a garantia às pessoas idosas e aos portadores de deficiência da gratuidade dos serviços de transporte coletivo público.

# Pauta Temática

## PL 7077/2006

**Autor:** Comissão de Legislação Participativa

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Faculta ao Município com menos de cinco mil habitantes a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; atribui ao Ministério Público iniciativa para apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente.

## PL 7079/2006

**Autor:** Comissão de Legislação Participativa

Dispõe sobre assistência jurídica gratuita concedida às crianças, adolescentes e seus responsáveis.

## MP 411/2007

**Autor:** Poder Executivo

Destina o novo ProJovem aos jovens entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, que será dividido em quatro modalidades: ProJovem Adolescente - Serviço Socioeducativo; ProJovem Urbano; ProJovem Campo - Saberes da Terra e ProJovem Trabalhador; autoriza a concessão de auxílio financeiro aos beneficiários no valor de R\$ 100,00 (cem reais). Revoga a Lei nº 10.748, de 2003, e dispositivos das Leis nºs 9.608, de 1998; 10.748, de 2003 e 10.940, de 2004.

## PL 917/2007

**Autor:** Sandro Matos

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização de Assistência Social e dá outras providências, para estender o benefício de prestação continuada ao responsável por pessoa portadora de deficiência.

## FINANÇAS

---

### Senado Federal

#### PEC 59/2005

**Autor:** Senador Arthur Virgílio

Acrescenta § 5º ao artigo 239 da CF para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios. A proposta prevê que os recursos arrecadados com o PASEP deverá ser mantido em cada ente da federação que arrecadou. O objetivo é criar um fundo de amparo aos servidores públicos que passaria a reter e aplicar o PASEP. A proposta resolveria a distorção em relação aos funcionários públicos que contam com estabilidade no emprego que constam com estabilidade no emprego e não são beneficiados por programas de treinamento como o Planfor.

# Pauta Temática

## PEC 50, de 2005

**Autor:** Senador Osmar Dias

Destina ao fpm 10% do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção do domínio econômico. O sistema constitucional tributário brasileiro é absolutamente rígido, pois discrimina de modo taxativo as competências impositivas de cada esfera de governo. A união, os estados, o distrito federal e os municípios têm definidas as espécies tributárias que cada qual pode instituir para garantir o seu autogoverno. Na repartição dessas competências, observa-se nítida vantagem da união sobre os estados e destes para com os municípios.. A proposta visa remediar as injustiças e injuridicidades que vêm paulatinamente fortalecendo a união do ponto de vista do incremento de suas receitas, em detrimento dos estados e municípios limitados às receitas de seus impostos e às transferências constitucionais.

## PEC 16, de 2005

**Autor:** Senador Siqueira Campos

Propõe alteração do art. 159 da CF, para determinar a transferência aos municípios, de 5% das contribuições sociais de que trata o art. 195. A proposta sugere que 5% das receitas das contribuições para o financiamento da seguridade social (COFINS) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) sejam repartidas entre os municípios. Uma simulação simples dá uma idéia dos valores envolvidos. Em 2004, arrecadaram-se R\$ 96,2 bilhões a título de COFINS e CSLL, dos quais 20%, ou seja, R\$ 19,24 foram desvinculados pela DRU, restando R\$ 76,96 bilhões. Se a regra aqui proposta estivesse em vigor, R\$ 3,85 bilhões teriam sido repassados aos municípios, enquanto os restantes R\$ 92,35 bilhões teriam permanecido na órbita federal. É fácil de perceber que essa repartição não afetaria significativamente as contas federais.

## PLS 138/2003

**Autor:** Senador Mozarildo Cavalcanti

Propõe que parte da parcela do CPMF que é destinada à Fundação Nacional de Saúde seja devolvida ao município de origem.

## PLS 75/2004

**Autor:** Senador César Borges

Isenta as prefeituras do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre máquinas e equipamentos.

## PEC 17, de 2007

**Autor:** Senador Francisco Dorneles

Dá nova redação ao inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para incluir o produto da arrecadação das contribuições sociais que especifica no compartilhamento com Estados e Municípios.

# Pauta Temática

## PLS 105, de 2003

**Autora:** Senadora Ana Júlia Carepa

Propõe alteração do art. 6º da Lei 7.990/89, que institui compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais, e alteração no artigo 2º da Lei nº 8001, de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990 de 1989. Visa modificar os percentuais das alíquotas pela exploração de recursos minerais, e transfere para municípios limítrofes 40% da arrecadação de compensação financeira a que faz jus município onde se situa a lavra.

## PLS 56, de 2004

**Autor:** Senador Tião Viana

Propõe alteração do dispositivo da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. Beneficia, pela compensação financeira, os Estados e Municípios que possuem nascentes de rios, cuja vazão é aproveitada para a geração de energia em hidrelétrica.

## PEC 58, de 2005

**Autor:** Senador Flexa Ribeiro

Propõe alteração no art. 159 da CF para determinar a transferência aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de sua balança comercial com o exterior.

## PLS 60, de 2002

**Autor:** Senador Osmar Dias

Dispõe sobre o parcelamento de débitos relativos às contribuições de Estados, do Distrito Federal e municípios ao PASEP.

## PLS 359, de 2003

**Autor:** Senador César Borges

Dispõe sobre a aquisição, pela União, de créditos relacionados à participação governamental obrigatória dos Municípios na exploração de recursos hídricos para fins de energia elétrica, petróleo e gás natural.

## PLS 367, de 2004

**Autor:** Senador Sérgio Cabral

Adiciona um artigo à Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, para o fim de conceder participação aos Estados e Municípios no resultado da exploração de energia nuclear.

# Pauta Temática

## PLS 145, 2005

**Autor:** Senador Cristovam Buarque

Propõe a determinação que a União efetue abatimento de 20% do pagamento mensal do serviço da dívida pública dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal em favor da Educação. Propor a troca da dívida financeira por dívida social é objetivo da proposta. Possibilitando que os estados, os municípios e o DF, invistam integralmente os recursos economizados em educação, para garantir o acesso e a permanência das crianças e adolescentes na escola e na elevação de qualidade de suas escolas, incluindo a elevação dos salários dos trabalhadores na educação, especialmente, os professores.

## Câmara dos Deputados

### PL 341, de 2007

**Autor:** Deputado Julio César

Estabelece novo critério de distribuição de compensação financeira (royalties) e participação especial pela produção de petróleo, gás natural e xisto betuminoso, entre os Estados, Distrito Federal e Municípios, adotando os mesmos critérios de repartição do FPE e do FPM. Revoga o art. 48 da Lei nº 9.478, de 1997. Apensado ao PL 299/2007. Além de novo critério de distribuição a proposição estabelece ainda participação especial pela produção de petróleo, gás natural e xisto betuminoso, entre os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, adotando os mesmos critérios de repartição FPE e do FPM. A proposta sugere que os recursos seriam distribuídos igualmente pelos entes federados: 50% seriam destinados aos estados e os outros 50%, aos municípios. Isso representa aumento de R\$ 4,7 bilhões nas receitas de todos os municípios do Brasil, conforme cálculos feitos sobre os valores distribuídos em 2006. A proposta também sugere que a distribuição dos royalties e participações especiais do petróleo sejam baseadas nos mesmos critérios adotados para repartição do Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios.

### PLP 183, de 2001

**Autor:** Deputado Paulo Gouveia

Altera a lista de serviços anexa do Decreto - Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, com a redação dada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987. NOVA EMENTA DO SUBSTITUTIVO DO SENADO: Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. A Confederação Nacional de Municípios - CNM está preocupada com as perdas na arrecadação do ISS que serão ocasionadas caso esse projeto seja aprovado.

### PLP 360, de 2006

**Autor:** Deputado Mário Heringer

Sujeito à apreciação conclusiva das Comissões. Altera a Lei Complementar 87/96, com o escopo de isentar a incidência do ICMS a aquisição de máquinas e tratores efetuados pelas Prefeituras Municipais nos municípios com população igual ou inferior a 25.000 habitantes.

# Pauta Temática

## PL 7235, de 2006

**Autor:** Deputado Paulo Bauer

Concede isenção do IPI nas aquisições de veículos, máquinas e equipamentos feitas pelas prefeituras municipais. Tratam da mesma matéria os PLs 7045/2006, do Deputado Mário Heringer, 7168/2006, do Deputado João Hermann Neto, 2230/2005, do Deputado Augusto Nardes, 3056/2003, do Deputado Valdemir Moka e 6343/2005, do Deputado Leodegar Tiscoski.

## PEC 556, de 2006

**Autor:** Deputado Francisco Turra

Acrescenta o inciso "IV" ao art. 159 da Constituição, insere os arts. 95, 96 e 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, assegura o ressarcimento de receitas aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios por desonerações tributárias e fixa limites para os contratos de parcelamento de dívidas dos entes federados para com a União.

## PEC 23, de 2007

**Autor:** Deputado Fernando Coruja

Altera o art. 159 da CF e acrescenta os art. 95 e 06 ao ADCT para que as contribuições que determina passem a ser divididas entre os Estados e Municípios.

## **PREVIDÊNCIA SOCIAL**

---

### Senado Federal

#### PLS 67/07

**Autor:** Senador César Borges

Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para modificar as fontes de receita do Fundo Nacional de Segurança Pública e estabelecer a obrigatoriedade de repasse de, no mínimo, oitenta por cento dos recursos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para aplicação em ações de segurança pública.

#### PEC 22/07

**Autor:** Senador Paulo Paim

Estabelece normas para o reajuste das aposentadorias e pensões concedidas no âmbito dos regimes próprios de previdência social destinados aos servidores públicos.

# Pauta Temática

PL 214/2000

**Autor:** Senador Paulo Paim

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o benefício adicional a ser concedido ao aposentado do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, que permanecer em atividade ou a ela retornar, e dá outras providências.

## Câmara dos Deputados

PL 1992/07

**Autor:** Poder Executivo

Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal - FUNPRESP, e dá outras providências.

## DEMAIS ÁREAS

---

### Senado Federal

PEC 10, de 2007

**Autor:** Senador Renato Casagrande

Altera a redação do art.158 da constituição federal. (Dispõe sobre repartição das receitas tributárias). A proposta estabelece que no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela do icms pertencente aos municípios seja distribuída proporcionalmente com o valor adicionado. E que sejam mantidos os atuais 75%. Estabelece ainda que até 50% (cinquenta por cento) seja distribuído de acordo com a lei estadual, o que viabiliza a manutenção dos atuais 25%. Ainda de acordo com a proposta as assembleias legislativas estaduais devem decidir pelo mérito da alteração da forma de repartição atual. As que desejarem mudar poderão fazê-lo e, assim, mitigar a situação de penúria em que vivem alguns de seus municípios. E responsáveis pela determinação da forma de distribuição entre seus municípios da parcela do icms, desde que essa distribuição seja feita na forma de, no mínimo, 50% de acordo com o valor adicionado e de, no máximo, 50% de acordo com a lei estadual.

PEC 13, de 2003

**Autor:** Senador Sergio Zambiasi

Altera a redação do § 4º do artigo 18 da constituição federal, dispondo sobre a organização dos municípios. A proposta propõe que seja devolvido aos estados a competência para legislar sobre a criação e desmembramento de municípios.

# Pauta Temática

## PLS 98, de 2002

**Autor:** Senador Mozarildo Cavalcanti

Regulamenta o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios e dá outras providências (artigo 18, § 4º, da Constituição Federal).

## PLS 503, de 2003

**Autor:** Senador Siba Machado

Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, regulamentando o § 4º do artigo 18 da Constituição Federal, e dá outras providências.

## PLS 651/2007

**Autor:** Senador Marconi Perillo

Institui o Conselho de Gestão Fiscal e dispõe sobre sua composição e forma de funcionamento, nos termos do art. 67 da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000.

## PEC 29, de 2003

**Autor:** Senador Lúcia Vânia

Altera o art. 193 da Constituição Federal – Ordem Social. A proposta objetiva que a ordem social seja avaliada por meio de indicadores de responsabilidade social, que serão definidos por lei complementar posteriormente.

## PEC 41, de 2003

**Autor:** Senador Siba Machado

Trata sobre a Reeleição dos Prefeitos. Altera a redação do § 5º do art. 14 da Constituição Federal, acabando com a reeleição em todos os níveis da federação, a partir das eleições de 2010.

## PEC 44, de 2004

**Autor:** Senador Almeida Lima

Dispõe sobre os percentuais máximos das Receitas Correntes Líquidas para custear despesas das Câmaras Municipais.

# Pauta Temática

## Câmara dos Deputados

### PEC 550, de 2006

**Autor:** Deputado Jutahy Junior e outros

Altera os arts. 166, 167 e acrescenta o art. 169-A ao texto constitucional, vedando a apresentação de emendas parlamentares de caráter individual ao projeto de lei relativo ao orçamento anual e àqueles que o modifiquem. Atualmente, as emendas individuais são utilizadas pelo Poder Executivo de forma a garantir uma base de apoio no parlamento. Vedar a possibilidade de apresentação de emendas individuais, nem sempre atendidas, contribuirá para uma lei orçamentária mais transparente.

### PEC 495, de 2006

**Autor:** Senador Luiz Otávio

Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias sobre a formação de novos municípios até o ano 2.000. A Emenda Constitucional 15, de 1996 alterou o processo de criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, determinando que tais atos seriam disciplinados por lei complementar, que estabelecem consulta popular às populações dos Municípios envolvidos. Como não foi criada lei complementar, houve interrupção imediata de todos os processos emancipatórios em andamento. Matéria já aprovada no Senado Federal. Na Câmara está sendo constituída comissão especial.

### PEC 320, de 1996

**Autor:** Deputado Matheus Schmidt

Acrescenta alínea “d” ao inciso II do artigo 105 da Constituição Federal. Embora o prefeito goze de foro privilegiado, a CF não prevê o recurso ordinário que possibilite uma instância revisora superior reexaminar o mérito da causa, em caso de condenação. O projeto visa suprir esta lacuna submetendo o julgamento dos Prefeitos ao “duplo grau de jurisdição”, pelo qual se permite ao cidadão sujeito a julgamento submeter decisão a uma instância superior, para que confirme ou revise decisão, como, aliás, é tradição do Direito Brasileiro.

### PEC 333/2004

**Autor:** Deputado Pompeo de Mattos

Modifica a redação do art. 29-A e acrescenta art. 29-B à Constituição Federal para dispor sobre o limite de despesas e a composição das Câmaras de Vereadores e dá outras providências.

### PEC 6/2007

**Autor:** Deputado Flávio Dino

Prorroga os mandatos de eleitos nos anos de 2004 e 2006, visando à realização de eleições gerais em 2010 e à fixação de novas datas para as posses nos Poderes Executivos.

# Pauta Temática

## PEC 11/2007

**Autor:** Deputado Raimundo Gomes de Matos

Da nova redação ao § 5 do art. 14, ao § 1 do caput do art. 28, ao inciso I do art. 29, ao parágrafo único do art. 44, ao caput do art. 45 aos §§ 1 e 2, do art. 46, ao art. 82, da CF e acrescenta dispositivos ao ADTC, proibindo a reeleição para Presidente da República, Governadores e Prefeitos, fixando em cinco anos a duração dos mandatos dos cargos eletivos nos Poderes Executivos e Legislativos em todos os níveis e determinando a simultaneidade das eleições.

## PL 3744/2000

**Autor:** Poder Executivo

Institui o Conselho de Gestão Fiscal e dispõe sobre sua composição e forma de funcionamento, nos termos do art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Órgão de deliberação coletiva, integrante da administração pública federal, vinculado ao Ministério do Planejamento, com a participação de representantes da União, dos Estados, do DF, dos Municípios e entidades técnicas representativas da sociedade. O relatório do Deputado Marcelo Castro, propõe que os Municípios tenham três assentos sendo dois indicados pela CNM e FNP, e outro do poder legislativo indicado pela ABRACAM.

## PL 5959/2005

**Autor:** Deputado Chico Sardelli

Dispõe sobre a regulamentação, atribuição e competências das Guardas Municipais como órgão do Sistema de Segurança Pública em todo o território nacional. Tramita em conjunto com o PL 1332/2003. Matéria terminativa nas comissões.

Realização



Parceiras



ASSOCIAÇÕES MICRORREGIONAIS DE MUNICÍPIOS

Apoio



Patrocínio



### Realização



### Parceiras



### ASSOCIAÇÕES MICRORREGIONAIS DE MUNICÍPIOS

### Apoio



### Patrocínio

